

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO TEMÁTICA: PESQUISAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

Paulo Fioravante Giaretta¹

Sheila Fabiana de Quadros²

Jennifer Caroline de Sousa³


Tarcísio Luiz Pereira⁴

A educação da infância, nesta edição temática, alcança a definição de criança expressa no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que considera como criança a pessoa até doze anos de idade, assim como, extrapola o entendimento de Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.


Nesse sentido, abordar as pesquisas e práticas da educação da infância implica em assumir como objeto de análise o conjunto das intencionalidades político-pedagógicas desenvolvidas com as crianças de 0 a 12 anos de idade em fluxo escolar no sistema de educacional brasileiro, considerando crianças vinculadas à etapa da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, aos dois primeiros anos da etapa do Ensino Fundamental - Anos Finais.

A vinculação dos trabalhos publicados nesta edição temática corresponde à quinta edição do Seminário Nacional de Pesquisas e Práticas na Educação da Infância (V SPPEI), desenvolvido entre os dias 26, 27 e 28 de setembro de 2023, como uma ação de extensão acadêmica institucionalizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), cuja proposição figura uma articulação entre o Curso de Pedagogia da UFMS-CPTL e o GForP – Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de


¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: pfgiaretta27@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0649-4756>


² Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: sheila@unicentro.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7909-2272>

³ Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. E-mail: jennifercsousa.sedms@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2701-1263>

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: tarcisio.pereira@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2294-3742>

• [Informações completas no final do texto](#)

Professores, vinculado à linha de pesquisa em Políticas Públicas e Formação de Professores no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEdu-CPTL.

Esta relação entre a graduação, a pós-graduação e os profissionais da educação básica, público-alvo do SPPEI, conseqüentemente, também desta edição temática, acaba por posicionar os desafios inerentes e pertencentes às práticas e pesquisas sobre educação da infância no âmbito da implementação da política da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possibilitando assumir, aqui, a educação da infância, no sistema educacional brasileiro, como espaço de disputa.

Essa disputa se caracteriza por uma possível percepção de polaridade. De um lado, identifica-se a orientação reformista do sistema educacional no Brasil, profundamente adepta aos princípios e ditames da racionalidade economicista para a educação da infância, compreendendo-a, comumente, como um importante ativo para o desenvolvimento econômico da sociabilidade capitalista do século XXI, razão pela qual as referidas reformas vêm, progressivamente, recebendo grande aporte financeiro e ideológico de organismos internacionais e de organizações sociais, tanto daquelas de caráter mais supra estatal como UNESCO, OMC, FMI, quanto daquelas associadas aos interesses da burguesia financeira local, como Grupo Lemann, Instituto Ayrton Senna, Fundação Unibanco, entre outros.

De outro lado, se observa a atuação histórica das organizações representativas e sindicais do campo da educação e a produção dos pesquisadores da área, que têm apontado para a necessidade da elaboração de indicadores de qualidade social para um outro projeto de educação da infância no Brasil.

Essa contenda também se expressa pelo debate em torno das narrativas justificadoras dos projetos e reformas educacionais, que, guiadas pela racionalidade econômica, dão espaço a categorizações como prática social, perfil individual, direito de aprendizagem, experiências e controle cultural. Tais denominações, por sua vez, travam acirramentos com a histórica representação conceitual já consolidada pelos educadores e pesquisadores da área da educação como *práxis* social, sujeito coletivo, desenvolvimento, direito à educação, interações sociais, vivências, promoção cultural.

Assim, os trabalhos organizados nesta edição temática se dedicam à análise das práticas e pesquisas na educação da infância e das demandas das reformas curriculares em curso no sistema educacional brasileiro, especialmente, da reforma expressa pela

política curricular materializada na BNCC e seus reflexos nas práticas pedagógicas da/na infância.

Os trabalhos/pesquisas também espelham, por meio de artigos e relatos de experiência, questões que abordam o nascimento da Infância enquanto construto histórico e social materializado na sociedade contemporânea; as inferências sócio-políticas de demandas para a Infância e seus “aportes” estatais; o processo de formação docente inicial e continuada para a Educação Infantil; o exercício do Direito à Infância e a violação desses enquanto políticas públicas diante do tecido social em tese; e os desafios da docência em espaços de Educação Infantil.

Desejamos aos/às leitores/as que os textos apresentados nesta edição temática contribuam para fomentar reflexões e ações em prol da luta por uma educação das crianças referenciada no respeito à infância e às suas particularidades, e no combate ao avanço da agenda neoliberal no campo educacional que obstaculiza a prática educativa autenticamente emancipadora.


Boa leitura!

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA


Paulo Fioravante Giareta. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (CPTL). Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu_CPTL). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL.

E-mail: pfgiareta27@yahoo.com.br.

 <https://orcid.org/0000-0002-0649-4756>


Sheila Fabiana de Quadros. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *campus* Universitário de Irati-PR, Departamento de Pedagogia. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL.

E-mail: sheila@unicentro.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7909-2272>

Jennifer Caroline de Sousa. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e Coordenadora Pedagógica na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (SED-MS). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências e Formação Humana da EACH-USP e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL.

E-mail: jennifercsousa.sedms@gmail.com


 <http://orcid.org/0000-0003-2701-1263>

Tarcísio Luiz Pereira. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, (UFMS), com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor no Curso de



Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (CPTL). Vice-Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL.

E-mail: tarcísio.pereira@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2294-3742>